

seu capitalismo e à sua classe dominante, pois aquele e esta não passam de representantes do capitalismo internacional.

Só por êste processo da luta de classe nacional contra a guerra é que se torna um facto a luta internacional contra a mesma.

Era o que dizia Jean Jaurès com as palavras que escolhi para lema do meu livro publicado em Março de 1915, Luta de Classe Contra a Guerra.

2.º Se os socialistas alemães tivessem que lutar contra o govêrno inglês, a sua luta seria uma farsa ou pior.

O socialista que não afronta o inimigo, o imperialismo, atacando os representantes do mesmo que lhe estão mais próximos, face a face, mas procura pelo contrário afrontar os que se acham longe, não é um socialista: é um miserável laçao da classe dominante. Certamente, só o socialista internacionalista, que sustenta a luta de classe contra o seu próprio govêrno, só êsse tem o direito de atacar também os governos estrangeiros...

Imediatamente após o estalra da guerra, a Dieta Prussiana, contrariamente a tôdas as tradições, mandou-me com odioso furor para o juizo de instrução. Deveria citar o auto para mostrar como eu considero, nas condições actuais, os ataques contra os governos hostis.

3.º Faz parte da luta internacional consciente que o socialista coopere com os socialistas de todos os países, que faça conscientemente o seu papel para atingir a meta comum, que considere o seu esforço e o dos socialistas das outras nações como funções que se suprem e completam, de modo que a sua mente admita igualmente a luta contra o govêrno.

Enfraquecer a importância dêste ponto de vista internacionalista em frente dos adversários do seu país pode amiúde revelar no socialista indícios de incerteza, falta de decisão, e pode também enfraquecer a luta de classe.

É neste espírito e desta forma que a revolução social da classe trabalhadora se opõe decididamente a tôdas as guerras do capitalismo.

Karl LIEBKNECHT.

Em Estocolmo

Oferecemos hoje aos leitores, para reflexão no presente e material de estudo no futuro, dois documentos interessantes apresentados nas conferências socialistas de Estocolmo.

O primeiro é a memória da maioria social-democrática alemã. Sem desposar inteiramente as ideias e miras dos pangermanistas, essa «maioria» (pelo menos oficial) encara os problemas do momento dum ponto de vista patriótico, nacional, estatal, justificando as severas palavras de Frederico Adler, durante o seu julgamento: «O socialismo austriaco e alemão de tal modo se apartou dos princípios socialistas, que vemos hoje representantes oficiais das associações socialistas da Austria-Hungria e da Alemanha irem a Estocolmo como caixeiros viajantes dos respectivos ministérios dos estrangeiros». O mesmo poderia dizer dos socialistas governamentais dos outros países — dos que foram, por exemplo, a Petrogrado com missões oficiais.

Sem ser muito avançado, o segundo documento — a declaração da chamada «minoría» social-democrática, hoje partido autónomo, — abandona em parte o critério sustentado pelos socialistas governamentais dos vários países e revela um estado de espirito bastante mais socialista e revolucionário.

Memória da Maioria Social-democrática alemã

A social-democracia alemã precisa uma paz obtida por meio de acôrdo. Assim como pede garantias para o livre desenvolvimento político, económico e cultural do seu próprio povo, assim também condena a violação dos interesses vitais das outras nações. Só uma paz assim implicará garantias duradouras, só ela permitirá que as nações saiam da atmosfera de tensão hostil em que vivem actualmente e ponham tôdas as suas forças ao serviço do progresso social e do avanço da civilização nacional e mundial.

Foi adoptando êste escopo geral que

nós aderimos ao projecto do Conselho dos operários de Petrogrado em favor duma paz sem anexações nem indemnizações e baseada sobre o direito, para cada país, de escolher a sua vida.

Por consequência, tomámos sôbre êsses diferentes pontos as resoluções seguintes:

1.^o — Somos contrários a qualquer conquista de territórios pela violência. Em caso de alterações de fronteira resultantes dum ajuste, a população interessada deve, se assim o desejar, permanecer ligada ao Estado de que fazia parte, sendo-lhe proporcionados meios legais e económicos para emigrar e declinar a anexação. Subentende-se naturalmente que reivindicamos a restituição das colónias confiscadas.

2.^o — Deve rejeitar-se a extorsão de qualquer indemnização, o que aliás equivaleria à destruição de um dos partidos beligerantes, ou mesmo de ambos. Demais, a escravização económica de um povo por outro tornaria impossível uma paz duradoira.

3.^o — Se o termo «restauração» significa restauração política, restabelecimento da independência nacional, respondemos: «Sim». Mas recusamos interpretar essa palavra como a obrigação, para um dos povos interessados, de «restaurar» as regiões devastadas durante a guerra. Os estragos desta natureza são feitos por amigos e inimigos, e é infinitamente difícil determinar os seus autores, não sendo uma fixação unilateral das responsabilidades outra coisa senão a imposição duma indemnização disfarçada.

4.^o — Pela expressão «determinação do estatuto nacional pelas populações interessadas», entendemos nós o direito, para cada nação, de conservar ou recuperar a sua independência política.

O primeiro grupo a considerar é o dos Estados que perderam a sua independência no decorrer da guerra actual. Desejamos que à Bélgica seja restituída a sua independência. A Bélgica não deve ser um Estado vassalo nem da Alemanha, nem da França ou Inglaterra. Quanto à Sérvia e aos outros Estados balcânicos, aderimos à declaração dos nossos camaradas austríacos.

O segundo grupo é o dos Estados que tinham perdido a sua antiga independência, mas foram libertados pelos acontecimentos desta guerra. Tais são a Polónia e a Finlândia. Não lhes pode ser recusado o direito de êles próprios determinarem o seu estatuto futuro.

Outros territórios habitados por estrangeiros, se não lhes pode ser concedida a independência nacional, devem receber pelo menos a liberdade de desenvolver a sua existência própria.

O terceiro grupo é o das antigas nações independentes que caíram sob a opressão imperialista, tais como a Irlanda e Egipto, a Tripolitânia, Marrocos, as Indias, o Tibet, a Coreia. Os democratas sociais alemães afirmam a maior simpatia pelos esforços feitos por essas nações em favor da restauração da sua liberdade nacional. Rejubiliariam se os socialistas dos Estados que dominam aquelas nações quisessem erguer a voz no intuito de as libertar da opressão estrangeira.

5.^o — Se por autonomia nacional se entende a autonomia cultural para regiões dum país que falam uma lingua estrangeira e pertencem a uma mais vasta confederação de Estados, a social-democrática alemã defenderá no futuro essa autonomia, como sempre fez no passado. No que se refere à Alemanha, haveria que ter em conta as reivindicações dos nossos concidadãos do Schleswig, da Posnânia, da Prússia ocidental e da Alsácia-Lorena, que falem o dinamarquês, o polaco ou o francês. Condenamos enérgicamente qualquer espécie de estôrvo ao emprego da sua lingua materna, e também todos os demais obstáculos opostos ao livre desenvolvimento da sua cultura e carácter nacionais.

6.^o — No que diz respeito à Alsácia-Lorena, cumpre primeiro do que tudo declarar que ela não se pode considerar como um Estado nacional independente, nem, de modo algum, como tendo uma nacionalidade distinta. Etnográficamente, nove décimos da sua população são de origem alemã. Só cinco em cada mil habitantes seus é que fazem uso da lingua francesa. Além disso, cumpre notar que a Alsácia-Lorena não mudou de mãos no decurso da guerra.

Com excepção duma pequenissima região, continuou sob o domínio alemão. Tendo pertencido primeiro à Alemanha, etnográfica e politicamente, os territórios da Alsácia-Lorena foram no decorrer dos tempos, separados da Alemanha pela França por meio duma anexação forçada. Em 1871, pelo tratado de Francoforte, voltaram de novo para a Alemanha. É, pois, absolutamente injusto falar do direito histórico da França. Impor pela violência a restituição da Alsácia-Lorena não seria senão uma anexação, e para mais, quanto à maioria da população, a anexação pela França de uma região que fala uma língua estrangeira. Deve-se, pois, pôr isso de lado, em conformidade com o princípio duma paz sem anexações.

A social-democracia alemã pede para a Alsácia-Lorena, na sua qualidade de Estado federal independente englobado no império alemão, direitos iguais e a livre extensão política das suas intuições.

Antes da guerra, os camaradas franceses declaravam-se prontos a regular a questão da Alsácia-Lorena sobre a base da igualdade federal e duma larga autonomia política. Tal solução corresponde igualmente nos desideratos amiúde manifestados pelo parlamento da Alsácia-Lorena, cujos membros são eleitos pelo sufrágio geral, igual, directo e secreto. O princípio da paz sem anexações não exclui, é claro, uma convenção amigável a respeito duma rectificação das fronteiras.

Memoria da Minoria Socialista alemã

O partido baseia a sua política de paz, assim como a sua política geral, nos interesses gerais do proletariado internacional e no desenvolvimento social.

Esses interesses exigem a conclusão duma paz imediata. As condições de paz devem abranger uma convenção internacional relativa ao desarmamento geral. É o meio mais eficaz de restituir força e vigor aos povos debilitados e de lhes restaurar a existência económica, por algum tempo suspensa.

Só assim é que poderá ser aniqui-

lada a dominação militarista e reconstituídas de modo pacífico e duradouro as relações entre povos.

Exigimos a liberdade mais completa do tráfico e comércio internacionais, assim como o direito de emigrar e immigrar, exercido com uma liberdade sem limites, no intuito de desenvolver as forças produtivas do mundo e melhorar a aproximação e as relações entre povos.

Repelimos a concepção do isolamento económico e mesmo de qualquer luta económica dos Estados uns contra os outros.

Impõe-se o princípio duma arbitragem internacional e obrigatória, para resolver os conflitos que possam surgir entre os diversos Estados.

As grandes revoluções interiores que se anunciam agora trarão a solução de muitos problemas que a guerra levantou, acentuando-lhes o carácter; mas não é a guerra nem a sorte das batalhas que os hão de resolver. Os males duma guerra mundial são muito maiores ainda do que os males que ela deveria curar, no entender dos seus próprios partidários!

Se não consideramos intangíveis as fronteiras dos Estados tais quais resultam das conquistas que estão amiúde em contradição com as necessidades dos povos, repelimos de maneira absoluta a idea de guerra, recusando tê-la como um meio de resolver questões de fronteiras. As alterações a fazer nestas devem depender do consentimento das populações interessadas, mas não podem ser impostas por um acto de violência.

Repudiamos da maneira mais absoluta qualquer tentativa feita para coagir um povo pela força, sob qualquer forma que seja.

Desde o começo da guerra, não cessamos de reclamar uma paz sem anexações nem indemnizações, assente sobre a base do direito dos povos a disporem de si livremente.

Consideramos como inconciliável com os princípios socialistas a concepção — nascida dum pensamento militarista e duma politica de extensão nacionalista — segundo a qual a attitude a tomar em face dum problema dependeria da carta de guerra; concepção pela qual

se chegaria a julgar diversamente uma só e mesma questão, segundo o estado da situação militar no dia em que ela é examinada.

Não é nosso intuito expor aqui o programa de tôdas as questões que hão de representar um papel no momento da conclusão da paz; mas fazemos desde já as declarações seguintes sobre os pontos centrais da discussão.

É necessário que a Sérvia seja restabelecida como Estado autónomo e independente. Não negamos que seja justificado o movimento dos sérvios em favor da sua reunião num Estado nacional. O melhor meio de criar nos Balcans uma situação satisfatória e duradoura seria a fundação desse Estado e a sua fusão com os outros países balcânicos numa federação republicana.

Compreendemos as aspirações do povo polaco a uma unidade nacional. Seria em contradição com o direito dos povos a disporem de si livremente o determinar segundo a carta de guerra o direito dos polacos a uma autonomia, o conceder tal direito à Polónia russa, recusando-o aos polacos da Prússia e da Áustria; mas ainda neste caso negamos que a continuação da guerra seja um meio de fazer triunfar esse direito.

Recusamos igualmente considerar o prosseguimento da guerra como um meio de resolver a questão da Alsácia-Lorena, e nisso estamos de acôrdo com Engels e Jaurès. Prolongar a guerra por causa da questão da Alsácia-Lorena significaria hoje que o mundo inteiro, incluindo a Alsácia-Lorena, há de ser devastado por causa duma contestação a propósito das necessidades nacionais da população dela, e traria a destruição, nos campos de batalha, de muitos mais homens do que habitantes há na Alsácia-Lorena.

Muito mais do que Engels em 1892, mais de duas décadas depois do tratado de Francoforte, não podemos negar-nos a reconhecer o facto de ter sido anexada contra sua vontade, em 1871, a população da Alsácia-Lorena, que só recobrará a sua tranquilidade se lhe for proporcionado o ensejo de ela própria se manifestar directamente e sem influência exterior, por meio duma vota-

ção que indique a que Estado ela deseja pertencer. Se essa votação se efectuar em completa liberdade e sossôgo, num prazo a fixar no tratado de paz, e se êste estipular igualmente que o resultado do plebiscito é de antemão reconhecido como sendo a solução definitiva desta questão litigiosa, pôr-se há deste modo termo a êsse desgraçado antagonismo que, há perto de meio século, separa a Alemanha e a França, favorece de ambos os lados o desenvolvimento do militarismo, sobrecarrega enormemente o orçamento dos dois Estados e estorva a acção da democracia. Tanto como a própria Alemanha, ficaria a Europa assim liberta dum negro pesadelo. O povo alemão ganharia nisso mais do que perderia, económica, política e moralmente, mesmo no caso de ser contrária à sua expectativa aquela decisão final.

É impossivel negar à Bélgica a integridade da sua independência política e da sua autonomia económica. O povo belga, além disso, em execução da promessa solene feita pelo govêrno alemão no início da guerra, deve obter a reparação dos danos que sofreu por motivo da guerra, e particularmente a restituição dos valores económicos que lhe foram arrebatados. Semelhante reparação em nada se confunde com as contribuições de guerra, que são a pilhagem do vencido pelo vencedor e que por êsse motivo rejeitamos.

Pelas mesmas razões, somos adversos a toda e qualquer política de conquistas e anexações estrangeiras, e por consequência, hoje como ontem, repudiamos a política de conquista colonial. A posse de qualquer colónia, sem a autonomia indígena, não passa duma apropriação de homens não livres, sendo tam inconciliável com os nossos princípios como a espionagem. Na realidade, não é respeitado o direito dos habitantes a disporem de si livremente, nem no momento da aquisição, nem no da trora das colónias. Demais, a posse de colónias não é uma necessidade para o desenvolvimento económico. Não são, pois, nem os princípios de direito, nem os interesses económicos das classes operárias, mas simplesmente motivos de prudência política que exigem que,

no terreno colonial, o tratado de paz não contenha mudança alguma de natureza a criar para o futuro uma nova causa de guerra.

A paz só ficará garantida se por ela velar um poder internacional, e esse poder não o vemos numa autoridade oficial internacional, mas no proletariado socialista internacional. Só se a Internacional se transformar numa força autónoma e poderosa, só se o proletariado puser por tóda a parte em acção tódas as suas forças para impor a sua fiscalização aos governos no interesse da conservação da paz, é que no futuro se estabelecerá, em vez da trágica porfia dos armamentos, um estado de mútua confiança entre os povos.

A condição prévia para alcançar esse fim é a independência dos partidos socialistas em face dos governos imperialistas.

A redacção dum programa de paz é importante, mas esse programa não passaria de um fumo vòo, se não fòsse apoiado pelo esforço enérgico e internacional das massas populares. Será preciso, pois, impor a todos os governos a adopção incondicional desse programa internacional de paz. Será preciso negar os créditos a todo aquele govêrno que recuse tal programa, ou responda evasivamente, ou não se declare pronto a aceitar imediatamente as negociações de paz com esse programa por base. Semelhante govêrno deve ser combatido da maneira mais enérgica.

O primeiro trabalho da conferência internacional projectada para estabelecimento duma paz duradoira deve ser a organização dessa acção comum. Ela deve juntar todos os elementos realmente socialistas e decididos a trabalhar com tódas as suas forças nesse sentido para estabelecer essa paz.

A organização proletária que recusasse colaborar nesta política, perderia por esse facto o direito de ser tida como uma organização do socialismo internacional.

Nota. — A propósito duma referência desta declaração, damos a seguir algu-

mas passagens interessantes de Marx e Engels:

... Os burros prussianos não vêem que a actual guerra dará forçosamente em resultado uma guerra entre a Alemanha e a Rússia — como a guerra de 1866 conduziu a uma guerra entre a Prússia e a França. Eis o resultado mais evidente que dela espero para a Alemanha... Esta segunda guerra provocará também uma revolução social inevitável na Rússia.

Karl MARX.

(Carta a Sorge, 1 de Setembro de 1870).

... E não se verificou à letra a predição de que a Alsácia-Lorena «lançaria a França nos braços da Rússia», e que, após esta anexação, a Alemanha, ou se tornaria publicamente serva da Rússia, ou teria que se armar, após breve trégua, para uma guerra de raça contra as raças coligadas dos eslavos e latinos?

... E não está porventura diariamente suspensa sobre as nossas cabeças a espada de Damocles duma guerra, em cujo primeiro dia tódas as alianças oficiais entre os príncipes se desfarão em pó, uma guerra em que nada será certo senão a absoluta incerteza do seu êxito, uma guerra de raças que sujeitará ao militarismo a Europa inteira, com quinze ou vinte milhões de homens armados?...

Frederico ENGELS (1891).

Apenas se encontre no poder, a social-democracia alemã não o poderá exercer nem conservar, sem reparar as injustiças cometidas contra outras nações pelos que no poder a precederam. Vêr-se há forçada a preparar o restabelecimento da Polónia, hoje tão vergonhosamente traída pela burguesia francesa; vêr-se há forçada a pôr o Slesvig do Norte e a Alsácia-Lorena em condições de decidirem livremente do seu futuro político.

Frederico ENGELS.

(*Neue Zeit*, 1892).

A EPIDEMIA

(Peça em 1 acto) (a)

(Trad. de Deolinda Lopes Vieira)

O presidente — Admiramo-lo porque jámais gosou a mais pequena alegria, não experimentou o mais pequeno prazer... Mesmo na época da sua juven-

(a) Continuado do n.º 17.